

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA

RITA DE CÁSSIA BARBOSA DOS SANTOS¹

JANAINE VOLTOLINI DE OLIVEIRA²

LAURINETE RODRIGUES DA SILVA³

LÍGIA DA NÓBREGA FERNANDES⁴

HENRIQUETA CHRISTINA DE ALENCAR FERREIRA LIMA⁵

RESUMO:

Este artigo apresenta elementos sócio-históricos da constituição do curso de bacharelado em Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima - UERR, destacando os desafios contemporâneos. Realizou-se uma revisão bibliográfica e documental sob a orientação da teoria social marxista. O curso foi criado em 2006, no contexto de expansão das políticas sociais no estado. Compreender a constituição do Serviço Social no estado exige a análise da formação da região, pois o processo de exploração e expropriação das riquezas naturais e dos modos de vida é determinante para a constituição das desigualdades sociais que se adensam cada vez mais.

Palavras-Chave: Diretrizes Curriculares; Formação em Serviço Social; Teoria Social Crítica.

ABSTRACT

This article presents socio-historical elements of the constitution of the Bachelor's degree in Social Work at the State University of Roraima - UERR, highlighting contemporary challenges. A bibliographic and documentary review was carried out under the guidance of Marxist social theory. The course was created in 2006, in the context of expanding social policies in the state.

¹ Universidade Estadual de Roraima

² Universidade Estadual de Roraima

³ Universidade Estadual de Roraima

⁴ Universidade Estadual de Roraima

⁵ Universidade Estadual de Roraima

Understanding the constitution of Social Service in the state requires analyzing the formation of the region, as the process of exploitation and expropriation of natural resources and ways of life is decisive for the constitution of social inequalities that are becoming increasingly more dense.

Keywords: Curricular Guidelines; Training in Social Work; Critical Social Theory.

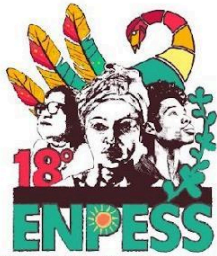
1. INTRODUÇÃO

A Amazônia Setentrional brasileira, marcada por sua rica biodiversidade e por profundas desigualdades sociais, exige um olhar crítico sobre o trabalho do Assistente Social. Neste contexto, que envolve a questão indígena, a exploração e expropriação da terra e dos recursos naturais, da força de trabalho, a formação em Serviço Social assume um papel central na construção de um perfil profissional que se articule às lutas sociais em defesa da justiça e equidade para a região.

Este artigo tem como objetivo apresentar elementos sócio-históricos da formação profissional em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima - UERR, a única Instituição de Ensino Superior - IES, a ofertar o curso de Serviço Social na modalidade presencial e pública no estado, discute-se os desafios e as possibilidades do trabalho profissional comprometida com a emancipação social. Para a construção da análise proposta realizou-se uma revisão bibliográfica, pautada em autores clássicos e contemporâneos, articulada à leitura crítica de documentos relativos à história do curso de serviço social da UERR. A investigação e análise fundamentou-se na teoria social crítica, na perspectiva de compreender as múltiplas determinações que permeiam a formação em Serviço Social na região, e particularmente, no estado de Roraima.

Os resultados da investigação e análise resultaram na estruturação deste artigo, que segue organizado em três eixos: a introdução, que contextualiza o estudo; a formação socioeconômica no estado de Roraima, fundamental para compreensão da complexidade e das especificidades da questão social e da formação em Serviço Social no estado; e a formação em Serviço Social: desafios contemporâneos, que estabelece a análise da relação entre o contexto regional e a formação profissional.

Por meio deste estudo, amplia-se o debate acerca da importância da oferta de uma educação superior pública, gratuita e presencial no contexto amazônico, e o conhecimento acerca do promissor curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima, que ao formar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissionais com perfil crítico tem construído possibilidades para a materialização de um trabalho social comprometido com a defesa da emancipação e dos direitos humanos e sociais.

2. FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO ESTADO DE RORAIMA

A análise da constituição do curso de Serviço Social no estado de Roraima exige a apreensão do contexto socioeconômico da região, marcado por sua complexidade e diversidade. Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2024 - colocar nas referências), o estado de Roraima é formado por 15 municípios (figura 1) e possui uma população estimada em 636.707 pessoas. Destaca-se que o estado é o menos populoso do país.

No contexto geográfico, Roraima se localiza ao Norte do Brasil, sendo parte da Amazônia setentrional brasileira, na região da tríplice fronteira formada pelos países Brasil, Venezuela e Guiana, além de estabelecer divisa com os estados do Amazonas e Pará, o que impõe muitos desafios à região, como os processos migratórios internos e externos, a exemplo do elevado e crescente fluxo de migrantes venezuelanos a partir de 2015 (Cavalcante, 2024), dos povos originários - população de quase 100 mil indígenas (IBGE, 2022) e as comunidades tradicionais ribeirinhas, distribuídas em pelo menos 16 localidades (Cavalcante *et al.*, 2020).

Deste modo, a compreensão da formação profissional em Serviço Social na realidade roraimense exige a apreensão das múltiplas determinações que permeiam a formação da sociedade local, em seus aspectos universais, particulares e singulares.

Figura 1 - Mapa do estado de Roraima:



Fonte: IBGE, acesso em 17 de agosto de 2024.

Criado em 1943 como Território Federal do Rio Branco, Roraima se tornou estado a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. A produção e reprodução social no estado está intrinsecamente ligada à história de ocupação, exploração e expropriação da região, marcada por processos de colonização e disputa territorial.

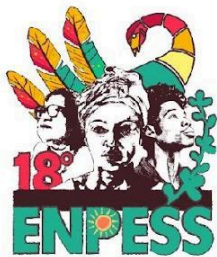
Do ponto de vista histórico, a partir do século XVIII, a Coroa Portuguesa iniciou a ocupação da região amazônica, incluindo o atual território de Roraima. Para garantir o domínio sobre essas terras e seus recursos naturais, foram construídos diversos fortes militares. Conforme Silva (2019), esses fortes tinham a função não apenas de proteger as fronteiras, mas também de controlar o território e os recursos naturais, submetendo os povos indígenas à dominação colonial. Essa estratégia demonstra a importância da ocupação militar para a consolidação do poder colonial e a exploração das riquezas naturais da região, impactando profundamente a vida dos povos originários e moldando a dinâmica social da região até os dias atuais.

Assim, a ocupação do território ocorre, segundo Silva (2019, p. 41), com o intuito de proteger essas terras. Nessa acepção, os colonizadores portugueses constroem fortes para impedir a entrada e ocupação de outros países na região. Sobre isso, Silva destaca⁶:

É sob esse prisma que a penetração e ocupação não indígena do vale do rio Branco é impulsionada pela Coroa Portuguesa. Durante o século XVII, “os portugueses colocaram em prática a estratégia de reorganização administrativa militar, edificando em alguns pontos da Amazônia pequenos fortes marcando sua posse territorial”, inclusive no vale do rio Branco.” (Oliveira, 2003, p. 65-66, apud Silva, 2019, p. 41)

Nesta perspectiva, a formação social do estado insere-se no contexto de colonização do

⁶ Silva (2019, p. 42) afirma que “alinhado a estratégia do completo domínio português sob as terras e os “corpos indígenas” da região Amazônica, o chamado Forte de São Joaquim foi instalado a partir de 1775 no vale do rio Branco, construído à margem esquerda da confluência do rio Uraricoera com o rio Tacutu. “formadores do rio Branco, um dos rios mais importantes para o processo de se consolidar a colonização” (Viera, 2003, p. 21) [...] O impacto dessa iniciativa para os povos indígenas, que viviam dispersos pelo vale do rio Branco, é registrado como parte de “um processo irreversível de contato interétnico que promoveu não apenas o deslocamento de alguns desses grupos para outras áreas, como também o aliciamento, a ‘dizimação’ e finalmente a domesticação.” (SILVEIRA & GATTI, 1988, p. 45). A construção do Forte, aproximadamente durante um ano, incitou o descimento forçado de indígenas pelas “expedições de tropas de resgate” para os arredores da edificação. A ideia era impulsionar o aldeamento de indígenas naquelas proximidades, sob o direcionamento legislativo do Diretório Pombalino de 1757, que veio inaugurar uma “nova fase entre portugueses e índios no rio Branco.”



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Brasil, apresentando as particularidades da região⁷. Silva (2019, p. 39-40) com base em Nascimento (2006), Freire (1991) e Oliveira (2003) expõe que:

Diferente da narrativa dominante, a região, hoje denominada Brasil, e conseqüentemente, a Amazônia, era possuidora de agrupamentos humanos desde aproximadamente 10.000 anos a.C., o que demonstra a existência de vida inteligente muito antes dos europeus sonharem em se tornar conquistadores (NASCIMENTO, 2006). Portanto, Freire (1991, p.12) defende que “esta terra foi descoberta em algum momento, não o foi há alguns séculos, mas há alguns milhares de anos e, portanto, com certeza, não foram os europeus, do Século XVI, os seus descobridores”. Conforme esse autor, “por volta do ano 3.000 a. C. os tupis se encontravam na região entre os rios Jiparaná e Aripuanã [...]. Na mesma época, os Karib se concentravam na região do Norte das Guianas, os Aruak estavam concentrados na costa nordeste da América do Sul (FREIRE, 1991, p.12). Deste modo, **o depoimento de Davi Kopenawa Yanomami nos remete a um alerta para o pouco que se sabe sobre o vale do rio Branco no período anterior à “ocupação” pelos estrangeiros europeus** (grifo das autoras).

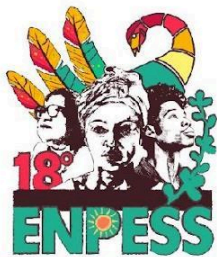
Como se percebe, o processo de ocupação do território é marcado por exploração e expropriação dos povos originários. Entender esse fenômeno é fundamental para a compreensão das expressões das desigualdades sociais que se apresentam na contemporaneidade, como a questão indígena. Segundo dados do IBGE (2024), Roraima possui a 5ª maior população indígena do país, com um total de 97.668 pessoas. Neste contexto, destaca-se o garimpo ilegal nas terras indígenas, ocasionando contaminação dos rios, violências e violações de direitos.

Ainda relativo ao processo de formação sócio-histórica de Roraima, cabe destacar que o estado, historicamente marginalizado, experimentou um intenso processo de ocupação territorial a partir de meados do século XX. Projetos governamentais de colonização, impulsionados pela busca por recursos naturais como ouro e diamante, atraíram um grande contingente populacional, principalmente oriundo da região Nordeste do Brasil (Oliveira, 2018).

Mais recentemente, destaca-se ainda o processo migratório pelo qual o estado passa. Segundo dados do UNICEF (2019, online) “entre 2015 e maio de 2019, o Brasil registrou mais de 178 mil solicitações de refúgio e de residência temporária. A maioria dos migrantes entra no país pela fronteira norte do Brasil, no Estado de Roraima”⁸.

⁷ Silva (2019, p. 42) expõe que, conforme “registros oficiais a região do vale rio Branco começa a ser ocupada, na perspectiva do colonizador, a partir do final do século XVII, com forte participação de militares, religiosos e civis, particularmente após a fundação da capitania de São José do Rio Negro. Mas, efetivamente, é somente na segunda metade do século XVIII que os portugueses alcançam o domínio mais concreto da região. É nesse período que o plano de instalar um forte no vale rio Branco se dinamiza, na perspectiva de resguardá-lo contra as investidas de outras nações europeias”.

⁸ Disponível em www.unicef.org.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Essa conjuntura impõe muitos desafios para o Serviço Social, pois o assistente social será requisitado para trabalhar no âmbito de diferentes espaços sócio-ocupacionais com demandas cada vez mais complexas. Assim, a interpretação da realidade social a partir de uma perspectiva crítica é fundamental, para a construção de estratégias, no âmbito da formação e do trabalho profissional, na perspectiva crítica e qualificada.

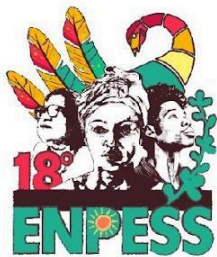
Neste sentido, Guerra (2018, p. 25) expõe que a análise crítica fundamenta a formação, pois “são as contradições da realidade que põem e repõem os elementos que historicamente compõem perfis profissionais, requisitando assistentes sociais que sejam contemporâneos (as) do seu tempo”.

Um dos desafios para a formação em Serviço Social diz respeito à apropriação da formação socioeconômica da região, com a centralidade na questão étnico-racial. Esse debate é da maior importância, tendo em vista o processo sócio-histórico, conforme destacado na primeira parte do desenvolvimento deste artigo e, portanto:

O aprofundamento do debate sobre a questão racial nesta direção, pode representar um tambor que ecoa forte! Ora, na batida do surdo de pesar pelo extermínio e silenciamento do povo negro ao longo da sua história. Ora, como repique de exortação e resistência nas encruzilhadas das quebradas, becos, vielas, favelas e quilombos onde se espalham mais de 50% da população que (re) existe neste país. Sendo assim, mediação indispensável para a formação e o trabalho profissional nas suas múltiplas dimensões (teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa). (Elpídio, 2020, p. 520).

Na conjuntura de revisão do PPC do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima - UERR, impõe-se a urgência do fortalecimento da incorporação do debate de forma central e transversal no âmbito do Ensino, Pesquisa e Extensão, considerando os componentes curriculares em sua totalidade, enquanto parte constitutiva de um projeto de formação que vislumbra a construção de outra sociabilidade. Esse percurso requer a apreensão crítica dos processos históricos de desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista nesta região, Pankararu (2022, p. 175), destaca que:

A violência, etnocídio e empobrecimento dos povos indígenas no Brasil compõem processos históricos seculares, como parte da exploração colonial, antecede as formas tipicamente capitalistas de etapas avançadas desse modo de produção. O empobrecimento e violência cometida contra os povos indígenas exacerba-se e configura-se como expressão da questão social, como questão indígena no decorrer da história da formação do país com o avanço da lógica do capital nas relações sociais de produção e reprodução no campo e na cidade na realidade brasileira.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assim, a dimensão teórica-metodológica, ético-político e técnico operativa são partes constitutivas da formação em Serviço Social. Conforme dispõe as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS, os núcleos de fundamentos da vida social, da formação social da sociedade brasileira e do trabalho profissional exigem a apreensão crítica da constituição da nossa região, as dinâmicas de exploração e exploração e sobretudo de resistências e lutas sociais. Neste esforço, destaca-se a construção de oficinas regionais da ABEPSS, Fóruns e Seminários de Estágios, atividades de extensão e pesquisa com vias a contribuir para o fortalecimento da formação profissional vinculada aos valores da emancipação humana.

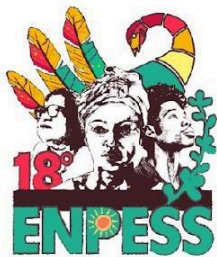
3. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA: desafios contemporâneos

Analisar o Serviço Social na contemporaneidade requer compreender os fenômenos sócio-históricos da formação da sociedade brasileira, sobretudo, o processo de desenvolvimento e consolidação do Modo de Produção Capitalista – MPC. Segundo Netto (2006, p. 73), “é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social (e técnica) do trabalho” ocorra a emergência do trabalho do Assistente Social. Neste sentido, a profissão é requisitada para intervir junto às expressões da questão social, conforme exposição de Yamamoto e Carvalho (2014, p. 101 - 102), situando-se no “processo de reprodução das relações sociais”, assim:

A instituição do Serviço Social, sendo ela própria polarizada por interesses de classes contrapostas, participa, também, do processo social, reproduzindo e reforçando as contradições básicas que conformam a sociedade do capital, ao mesmo tempo e pelas mesmas atividades em que é mobilizada para reforçar as condições de dominação, com dois polos inseparáveis de uma mesma unidade. É a existência e compreensão desse movimento contraditório que, inclusive, abre a possibilidade para o Assistente Social colocar-se a serviço de um projeto de classe alternativo àquele para o qual é chamado a intervir.

A formação crítica e qualificada é essencial para a apreensão da realidade em suas contradições, portanto, deve ser alicerçada pelo Projeto Ético Político, expressão do tripé: Diretrizes Curriculares da ABEPSS, Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº 8.662 de 1993) e Código de Ética do/a assistente social.

Particularizando o campo da formação profissional, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expõem que a formação profissional deve ser alicerçada dos núcleos que sustentam a formação profissional, a saber: fundamentos teórico-metodológicos da vida social; fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e fundamentos do trabalho profissional (ABEPSS, 1996).

Em síntese, a organização do Projeto Pedagógico dos cursos de bacharelado em Serviço Social deve se orientar por esses núcleos fundamentais, os quais vinculam-se aos componentes curriculares em seus conteúdos, adverte-se que:

Não incorrer no tratamento classificatório dos núcleos de fundamentação da formação profissional, quando da indicação dos componentes curriculares, uma vez que remetem a um conjunto de conhecimentos indissociáveis para a apreensão da gênese, das manifestações e do enfrentamento da questão social, eixo fundante da profissão e articulador dos conteúdos da formação profissional. Portanto, os Núcleos mencionados não são autônomos nem subsequentes, expressando, ao contrário, níveis diferenciados de apreensão da realidade social e profissional, subsidiando a intervenção do Serviço Social (ABEPSS, 1996, p. 09).

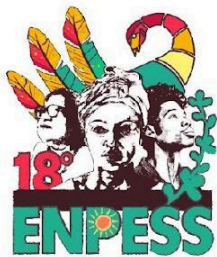
Neste sentido, o projeto de formação profissional em serviço social deve se alinhar à compreensão da realidade social, objetivando construir um perfil crítico e qualificado, com competência teórica-metodológica e ético-política. Nesta perspectiva:

A preocupação foi manter a essencialidade da proposta curricular quanto a direção social, aos princípios fundamentais, à lógica curricular e aos conteúdos organizados nos três grandes núcleos de fundamentação, como condição para uma formação que garanta competência teórica, técnica e ética no exercício profissional. (Abreu, 2016, p. 252)

É nesta direção que o curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Roraima⁹ conduz a formação, tendo sido criado em 2006¹⁰, com o objetivo de formar profissionais para intervir nos diferentes espaços sócio-ocupacionais do estado. Conforme afirma o Projeto Pedagógico do Curso:

⁹ A instituição possui “25 cursos na Graduação, sendo 13 de Bacharelado e 12 de Licenciatura”, para maiores informações acesse o site: <https://www.uerr.edu.br/>.

¹⁰ O Curso de Bacharelado em Serviço Social da UERR foi criado “através da Resolução de nº 026 de maio de 2006, publicada no DOE nº 343 de 29 de maio de 2006, na perspectiva de estruturar, objetivar, habilitar e instrumentalizar bacharéis para o exercício crítico do trabalho profissional do Assistente Social, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Assim, observando a Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002 – que estabelece legalmente as Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social em nível nacional e de acordo com as orientações das Diretrizes Gerais para os Cursos de Bacharelado em Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996)”. (PPC, 2018, p. 06)



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

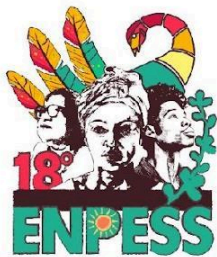
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A criação de um Curso de Serviço Social se justifica, uma vez que a profissão se torna necessidade social, na medida em que, se verifica a diversificação da demanda do Assistente Social para além dos campos tradicionais. Observam-se demandas na área de pesquisas, consultorias, assessorias, treinamentos em equipes interdisciplinares e para atuação em organismos não-governamentais. Mas é principalmente em função da descentralização das Políticas Públicas da Saúde e da Assistência Social que a necessidade desse profissional se faz urgente. (Projeto Pedagógico do Curso - PPC, 2006, p. 02)

Assim, a consolidação da formação profissional através da criação do Curso de Serviço Social da UERR demonstra o reconhecimento da profissão. Embora a história de inserção e formação do serviço social no estado seja relativamente recente, é possível afirmar que temos um campo profissional de atuação e formação consolidado, inclusive a transformação recente de seccional do CRESS 15ª Região/Amazonas para CRESS 27ª Região/Roraima, representa o crescente registro de profissionais atuantes no estado.

Em 2006, o PPC do curso destaca a crescente requisição ao Serviço Social no estado região. Naquele momento, existiam “114 (cento e quatorze) profissionais, formados por Unidades de Ensino Superior de outros estados, dos quais 21 (vinte e um) apresentam título de pós-graduação “lato sensu” em habilidades diversas” (PPC, 2006, p. 02). Verifica-se que a construção da proposta do curso ocorre no contexto de descentralização e expansão das políticas públicas no estado, no processo de consolidação de transformação de Território em Estado da Federação. Além disso, cabe destacar os interesses políticos locais vinculados ao primeiro-damismo que requisitaram a criação do curso, uma vez que este segmento articulou uma audiência pública para legitimar a criação do primeiro curso de Serviço Social do estado.

Os dois primeiros vestibulares ofertaram 40 vagas cada, para turmas no período noturno, para o município de Mucajaí, localizado a 49 quilômetros da capital Boa Vista. Isso se deu em razão de uma estratégia de interiorização da universidade à época. Todavia, em que pese terem sido concluídas, esse período foi marcado por precarização de infraestrutura física, pois as aulas eram realizadas em salas de aulas de escolas públicas estaduais, incipiente biblioteca, corpo docente insuficiente para o atendimento da demanda e, no caso do Serviço Social, enormes dificuldades para realização de estágio supervisionado, já que os campos eram escassos nessa localidade. Por esses motivos, a partir da terceira turma do curso, a oferta passou a ser realizada para a capital Boa Vista, em período matutino, o que não demorou a ser modificado, considerando o perfil de alunos(as) trabalhadores(as) da UERR e que a maioria dos campos de estágio supervisionado contavam com vagas pela manhã, nesse cenário as ofertas de vagas ocorrem de forma alternada, entre os períodos vespertino e noturno.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Atualmente, segundo informações do Conselho Regional de Serviço Social – 27ª Região, são mais de 1.187¹¹ profissionais registrados no CRESS/RR da 27ª Região. O próprio Projeto Pedagógico do Curso em vigor, expressa:

Esse número expressa a expansão da profissão, com destaque para o UERR que, atualmente figura como o curso superior de bacharelado em Serviço Social presencial em Roraima, refletindo dessa forma opção e compromisso por um curso de Ensino Superior público, gratuito, laico, de qualidade e socialmente referenciado. Alguns indicadores "espelham" diretamente tais opções, sobretudo no que tange a qualidade do Curso no estado, medido por meio da inserção dos profissionais no mundo do trabalho e em diferentes espaços sócio-ocupacionais, uma vez que de 2010 até 2016, mais de 50% dos concluintes foram aprovados em concursos públicos (PPC, 2018, p. 07).

Destaca-se que o colegiado do curso conta atualmente com 05 (cinco) professoras efetivas, das quais 04 (quatro) são doutoras e 01 (uma) mestre¹²; e 02 (dois) professores efetivos, com nível de doutorado, cita-se também docentes de outros colegiados que contribuem com o percurso pedagógico, além de professores horistas contratados.

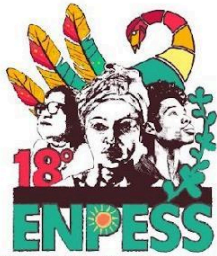
A matriz curricular apresenta um conjunto de 43 (quarenta e três) disciplinas, com carga horária total de 3.090 (três mil e noventa) horas, tendo no âmbito dos componentes curriculares, o estágio curricular obrigatório, horas complementares e o trabalho de conclusão de curso. Dentre os princípios¹³ que orientam o PPC cita-se:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social e a construção de respostas profissionais; - Adoção de uma teoria crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; - Articulação das dimensões interventiva e investigativa do Serviço Social como condição central da formação profissional e da relação entre teoria e realidade; - Padrões de desempenho e qualidade idênticos nos distintos turnos de funcionamento do curso; - Defesa da interdisciplinaridade nas várias dimensões do projeto de formação profissional; - Indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão; - Exercício do pluralismo como elemento da natureza da vida acadêmica e profissional, o que impõe o necessário debate sobre as várias tendências teóricas em luta pela direção da formação e do exercício profissional; - Garantia da ética em todas as dimensões da formação profissional; - Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (PPC, 2018, p. 13).

¹¹ Dados referentes ao mês de julho de 2024.

¹² A referida docente está inserida no curso de doutorado.

¹³ Destaca-se que os princípios estão expostos no Projeto Pedagógico do Curso – PPC (2018).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A formação alinha-se ao Projeto Ético Político da Profissão – PEP com o objetivo de alicerçar a formação na perspectiva crítica, laica e socialmente referenciada, construindo uma capacidade de apreensão da realidade social e construção de estratégias no âmbito das instituições públicas, privadas e, sobretudo, inserindo-se nas diferentes lutas sociais. Guerra (2018, p. 29) cita a necessidade de “formar assistentes sociais que possuam uma sólida fundamentação teórica-metodológica para interpretar a realidade na qual intervêm”, exige-se, neste contexto, a proposição de processos pedagógicos que possibilite a ruptura com o conservadorismo, presente no cotidiano de reprodução social.

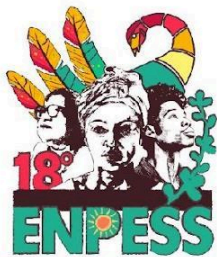
Consideram-se os limites da formação, pois são diversos os espaços de socialização no âmbito da sociedade burguesa, contribuindo para processos de alienação. Iamamoto (2006, p. 191) expõe que “busca-se construir uma abordagem do Serviço Social na óptica da totalidade: em suas múltiplas relações com a esfera da produção/reprodução da vida social”.

O percurso pedagógico vincula-se à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Deste modo, implementa-se um conjunto de atividades com o objetivo de viabilizar processos extraclasse aos discentes, contribuindo para o fortalecimento do tripé da formação em Serviço Social. Destaca-se as particularidades do cotidiano da formação na instituição, como por exemplo, a questão financeira-orçamentária, que impacta na ampliação da concessão de bolsas no âmbito da pesquisa, extensão, realização de concurso público e demais ações primordiais.

Neste cenário, destaca-se o perfil dos discentes. Segundo pesquisa de Andrade (2024, p. 53), “48,4% recebem menos de um salário-mínimo, 19,4% têm renda de até um salário-mínimo e 29% até dois salários-mínimos”, portanto, um perfil oriundo da classe trabalhadora. A autora destaca ainda que “o principal provedor(a) familiar é o/a próprio/a discente, correspondendo a 38,7%”. É importante considerar esses dados, pois trata-se de estudantes que trabalham, formal ou informalmente, para garantir as condições “mínimas de sobrevivência”, nesta direção, “74,2% dos participantes confirmaram a necessidade e urgência do auxílio transporte para a permanência na IES, seguida do auxílio alimentação com 61,3%”.

Neste cenário, a demanda por uma política institucional de assistência estudantil é premente. Afinal, como universalizar e democratizar o acesso à educação superior, sem a viabilização de condições efetivas para a permanência dos alunos? Outro desafio é promover a curricularização da extensão alinhada às orientações do projeto de formação da ABEPSS.

No âmbito da defesa do direito à educação, os docentes do curso têm articulado o curso com as instituições de organização política e formativa da categoria profissional. Neste sentido, têm participado nos debates do Conjunto CFESS/CRESS; integrado a comissão de formação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

profissional do CRESS/RR; compondo a diretoria do CRESS/RR; participando na gestão ampliada da ABEPSS; participação docente e discente nos movimentos de luta em defesa da educação; Luta em defesa do serviço social na educação; Luta sindical. Neste sentido, articula-se com processos de formação em sua totalidade, alinhando o ensino, a pesquisa e a extensão, somando-se a inserção nas diferentes lutas sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do curso de Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima (UERR) em 2006 representou um marco importante para a formação de profissionais qualificados para atuar na complexa realidade da região amazônica. No entanto, a trajetória desse curso, assim como de outros na região, tem sido marcada por desafios e adaptações, evidenciando as particularidades da oferta de ensino superior em contextos de fronteira e com demandas sociais específicas.

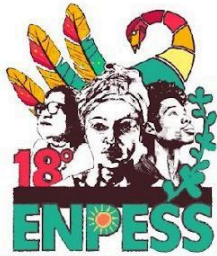
A decisão inicial de implantar o curso em Mucajaí, embora motivada pela demanda local e por interesses políticos, revelou-se insustentável devido a questões de infraestrutura e à dificuldade de garantir a realização dos estágios supervisionados, um componente essencial da formação em Serviço Social. A migração para Boa Vista foi uma medida necessária para garantir a qualidade do ensino e a formação integral dos estudantes.

Apesar dos desafios enfrentados, o curso de Serviço Social da UERR tem se consolidado e desempenhado um papel importante na formação de profissionais para atuar nas diversas áreas do estado de Roraima. A articulação entre ensino, pesquisa e extensão tem sido fundamental para a qualificação dos egressos e para o desenvolvimento de projetos que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população.

No entanto, é preciso reconhecer que o curso ainda enfrenta desafios significativos, como as limitações orçamentárias e a necessidade de fortalecer a política de assistência estudantil. A garantia de condições mínimas para a permanência dos cursos é fundamental para assegurar a formação de profissionais qualificados e comprometidos com a construção de estratégias de trabalho emancipatório, alinhando-se ao Projeto Ético Político do Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Serviço Social**. Rio de Janeiro,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss_10. Acesso em: 20 ago. 2024.

ABREU, Marina Maciel. A formação profissional em Serviço Social e a mediação da Associação Brasileira de Ensino, Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS): as diretrizes curriculares/1996 em relação a perspectiva emancipatória no âmbito do avanço do conservadorismo. In: Maria Liduína de Oliveira. **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

ANDRADE, Maria de Fátima. **As condições socioeconômicas dos estudantes da Universidade Estadual de Roraima**: uma análise do perfil dos discentes do Curso de Bacharelado em Serviço Social. Trabalho de Conclusão de Curso. 2024.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de Ética do/a Assistente Social**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8662.htm. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAVALCANTE, Kendria. Entrada de venezuelanos cresce 18% em um ano e chega a 192 mil pessoas. **G1 Roraima**. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2024/02/27/entrada-de-venezuelanos-no-brasil-cresce-18percent-em-um-ano-e-chega-192-mil-pessoas.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2024.

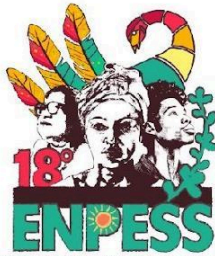
CAVALCANTE, Maria Madalena Aguiar; VERAS, Antônio Tolrino de Rezende; SEABRA, Giovanni de Farias; Silva, Josué da Costa, SILVA, Maria das Graças Nascimento, RIBEIRO, Wagner Costa. Amazônia: explorando o baixo Rio Branco - Roraima/Amazonas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 40, 2020. Universidade de São Paulo (USP). DOI: 10.11606/rdg.v40i0.170817.

ELPIDIO, Maria Helena. **Diretrizes curriculares e questão racial**: uma batida pulsante na formação profissional. Revista Katályses. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 519-527, set./dez. 2020.

Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Disponível em www.unicef.org. Acesso em 15 de agosto de 2024.

GUERRA, Yolanda. Consolidar avanços, Superar Limites e Enfrentar Desafios: os Fundamentos de uma formação profissional crítica. In: GUERRA, Yolanda *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos**: conhecimento e crítica. Campinas/SP: Editora Papel Social, 2018.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014;

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, 2022;

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?edicao=37417&t=resultados>. Acesso em: 20 ago. 2024.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Janaine Voltolini de. Desigualdade socioespacial, violência urbana e vulnerabilidade social: adolescentes em conflito com a lei em Boa Vista - Roraima. 2018. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza - CE. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40235?locale=pt_BR. Acesso em: 20 ago. 2024.

Pankararu, Elizângela Cardoso de Araújo Silva. **Trabalho, expropriação, povos indígenas no Brasil e a lógica do capital**. Temporalis, Brasília (DF), ano 22, n. 43, p. 174-190, jan./jun. 2022;

Silva, Laurinete Rodrigues da. **Questão Agrária e pobreza nos assentamentos de reforma agrária em Roraima**: resistência e (Re)criação da identidade camponesa / Laurinete Rodrigues da Silva. – 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Boa Vista: UERR, 2006.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA. Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social. Boa Vista: UERR, 2018.